

FAZER -
- CINZAS :
COMBUSTÃO
E TIRANIA



**FAZER - CINZAS:
COMBUSTÃO E TIRANIA**

Fábio Zuker

Coordenação editorial
Regina Melim

Projeto Gráfico
Pedro Franz

Fontes
Alegreya e Space Mono

Este texto foi originalmente publicado
em *Nossa Voz* #1022, Casa do Povo.

URGENTE é uma coleção de textos curtos
em livros pequenos para serem lidos agora,
para circularem já. Leia e passe adiante.

par(ent)esis

Tiragem impressa sob demanda,
também disponível em versão digital e para impressão em:
www.plataformaparentesis.com/site/urgente

Ilha de Santa Catarina, 2022.

1.

Um incêndio florestal consumiu cerca de 1175 hectares da Área de Proteção Ambiental (APA) de Alter do Chão, distrito de Santarém, no oeste do Pará, em setembro de 2019. Quando o fogo tomou essa parte da floresta, já se sabia que o Dia do Fogo, ocorrido um mês antes, havia sido uma ação coordenada por fazendeiros de Novo Progresso, também no Pará. Dia do Fogo é o nome pelo qual ficou conhecido 10 de agosto de 2019, quando produtores rurais do entorno da BR-163 mobilizaram uma ação criminosa de incêndios florestais que aumentou em 300% o número de queimadas de um dia para o outro. O impacto da fuligem chegou a São Paulo, fazendo do dia noite.

Eu não acompanhei de perto nem o Dia do Fogo nem o incêndio em Alter do Chão. Mas fui tragado para o olho do furacão de um terceiro episódio, que relacionava de modo semelhante fogo e autoritarismo. Estava finalizando uma apuração longa, de como o veneno usado no plantio de soja que se expande pela região do Planalto Santareno tem asfixiado comunidades ribeirinhas e termina por expulsar seus moradores. No último dia dedicado à pauta, logo pela

manhã, começou a circular a notícia de que uma grande operação havia detido quatro brigadistas voluntários da vila de Alter do Chão e feito buscas e apreensões na sede do Projeto Saúde e Alegria. A ONG atua na região na promoção da saúde de comunidades indígenas e ribeirinhas. O cerne da acusação era o de que os brigadistas teriam atado fogo na floresta, objetivando receber fundos de doações internacionais.

O argumento da investigação era pouco crível. Muitos dos brigadistas tinham alibi: nem sequer estavam em Alter do Chão no dia dos incêndios. Após meses de processo, não foi provada a relação dos brigadistas com os incêndios, e a acusação foi arquivada em fevereiro de 2021.

Não quero me estender nos detalhes do caso. Foi pesado acompanhar tudo. Mas tem um ponto específico nesse episódio que quero aqui esmiuçar: tinha a impressão de que as instituições de Estado estavam dando concretude a um devaneio veiculado com frequência por Bolsonaro, de que as ONGs estavam por trás dos incêndios para arrecadar fundos. É como se o episódio tivesse um poder performativo de converter uma teoria disparatada em realidade; engrenagem que neste caso operou tendo como tema, mote e método o fogo.

1. Para elaborar estes comentários, me baseio no livro de Stephen Pyne, *How We Created an Age of Fire, and What Happens Next*. Oakland: University of California Press, 2021. Para um artigo menor, sugiro “The Planet is Burning” (Aeon, 2019). Disponível em <<https://aeon.co/essays/the-planet-is-burning-around-us-is-it-time-to-declare-the-pyrocene>>. Acesso em janeiro de 2022.

2. Vale visitar o projeto multimídia de Anna Tsing: <<https://feralatlantis.org>>.

3. Ver os ensaios de Roberto Andrés na revista Piauí: “O progresso avança pelo asfalto” (2009) ou “Jeitinho sobre rodas” (2019), entre outros.

4. Timothy Mitchell, *Carbon Democracy*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2011.

5. Wendy Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

6. “Cercado pelo agronegócio, território Xavante tem alta taxa de letalidade pela Covid” (InfoAmazônia/O Joio e o Trigo/El País, 2021).

7. Ver a entrevista com Patrícia Fachin para a Revista do Instituto Humanitas Unisinos: “A guerra dos mundos, a fratura colonial e a aspiração de uma convicção coletiva pela vida digna. Entrevista especial com Alana Moraes” (2021).

8. Leticia Klein e Thiago Medaglia. “Cortina de Fumaça” (Ambiental Media, 2020). Disponível em <<https://cortinade-fumaca.ambiental.media>>. Acesso em janeiro de 2022.

Entre os elementos naturais, talvez o fogo seja o mais apropriado como imagem para se pensar projetos políticos ancorados na destruição. E não sem razão: a política comumente fez uso do fogo para atingir seus objetivos. O Tribunal do Santo Ofício queimou mulheres, hereges e livros. Os nazistas, depois de sufocar judeus e ciganos em câmaras de gás, queimavam seus corpos, para espalhar as cinzas e adubar o solo.

Minha proposta aqui é refletir sobre este novo capítulo da relação entre fogo e política, produzido pela interação entre os novos autoritarismos e o piroceno.

2.

Piroceno é um termo cunhado pelo historiador ambiental norte-americano Stephen Pyne para se referir a uma nova era geológica, que os humanos teriam criado pelo uso descontrolado do fogo (piro, em grego antigo, quer dizer “fogo”). É uma tentativa de apresentar outra faceta do antropoceno – termo muito debatido na última década para designar os mecanismos pelos quais a ação humana teria transformado tão radicalmente a paisagem da terra a ponto de criar uma nova era geológica.

A data de início desta era e o seu nome não são consenso entre autores e autoras que se dedicam ao tema. Assim, foram cunhados termos como capitaloceno, plantationceno, carbonoceno, industrialoceno e o próprio piroceno.

Nunca me pareceu frutífero debater qual termo é o mais adequado, e sim entender o que cada um deles salienta, os pontos e dinâmicas que ajudam a observar. Para Pyne, piroceno diz respeito a uma nova era criada pelos humanos, em que tudo queima, de combustíveis fósseis para locomoção de carros aos grandes incêndios florestais. “Piroceno propõe uma perspectiva piro-centrada em como humanos continuam a moldar a terra”, escreve Pyne. Mas também diz respeito a uma perda de controle, de um fogo indomesticado. Do mesmo modo que a era do gelo implicava que mais gelo gera mais gelo, uma era do fogo significa que mais fogo gera mais fogo.

O autor faz uma distinção¹ entre três tipos de fogo. O primeiro, é o fogo que possui origens naturais e que apareceu tão logo as plantas colonizaram os continentes. Esse tipo de fogo é geralmente causado por raios, que caem em áreas secas. O segundo é um fogo utilizado por humanos. Pelo ato de cozinhar, fogo e humanos coevoluíram ao longo de milênios, defende Pyne. Este fogo foi um ato de domesticação

4.

Se estamos sendo conduzidos a uma era do fogo, é certo que as novas formas de autoritarismo que florescem no deserto produzido pelo neoliberalismo não criaram o piroceno. A neoliberalização da natureza, o seu intenso processo de simplificação ecológica (pense no que significa converter uma floresta tropical em um campo de monocultivo de soja), parece ser uma relevante força motriz tanto do autoritarismo quanto do piroceno. O fogo em descontrola e as novas formas de tirania compartilham uma verdadeira repulsa pela diversidade, ambos operam pela destruição da diferença; convertem a multiplicidade da existência em cinzas.

O piroceno emerge também de uma prática pirofóbica. As cidades moldadas para carros toleram apenas um tipo de fogo, o da combustão fóssil. Qualquer outra matéria diferente de combustíveis como gás, etanol ou gasolina, não pode queimar. A projeção indiscriminada deste modelo de intolerância ao fogo para a natureza gerou apenas descontrole de fogo, em paisagens onde o fogo possui função histórico-evolutiva, como o cerrado brasileiro. Perversamente, a pirofobia contemporânea também encontrou culpados, tornando-se elemento estruturante do autoritarismo brasileiro, ao criminalizar o fogo de manejo de indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais, como fez Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em 2020, enquanto incentiva o fogo utilizado por grileiros e desmatadores.

Estamos diante do desdobramento do modelo democrático-energético criado na Inglaterra do século XIX, em que uma vasta área é destruída, sujeita a violência e processos de degradação e toxicidade descomedida, para produção de energia, seja ela fóssil ou grãos com alto valor proteico. Nosso modelo de democracia criou paisagens sacrificáveis, onde o fogo descontrolado as consumiu – tanto paisagens quanto democracia.

– talvez a origem de um modelo de domesticação a ser replicado com plantas e animais. Houve um pacto de assistência mútua: humanos levaram o fogo para todos os lugares aonde foram, e dele se valeram para moldar paisagens e sistemas agrícolas. “O fogo podia existir sem os humanos, enquanto os humanos não podiam existir sem o fogo”, reflete o autor.

Já o terceiro fogo é qualitativamente distinto e quebra essa relação milenar. Trata-se da queima de combustíveis fósseis, já não relacionada a limites ecológicos como estações do ano ou ritmos de seca e umidade. As pessoas podiam viver sem esse tipo de fogo, mas ele não poderia florescer sem pessoas. Se o segundo fogo era uma forma de parceria, o terceiro fogo foi convertido em uma ferramenta para gerar poder.

Pyne argumenta que no último século este terceiro fogo fez com que aquele fogo-amigo, com o qual os humanos constituíram a paisagem terrestre, começasse a desaparecer. Converteu-se em flamas ferozes, selvagens, que parecem tudo contagiar. “Ecologias ferais”, como diz a antropóloga Anna Tsing. Ou seja, “ecologias que foram encorajadas por infraestruturas construídas por humanos, mas que se desenvolveram e se espalharam além do controle humano”.²

A busca pelo poder proporcionado pela utilização da queima fóssil como ferramenta para gerar quan-

tidades desmesuradas de energia e concentração de força fez os humanos criarem uma era do fogo.

3.

Proponho aqui uma imagem para aproximar piroceno e autoritarismo. Não uma imagem precisa, específica, mas um ato ordinário, cotidiano para uma parte significativa do globo: dar a partida num automóvel. Ao girar a chave, o motorista causa a ignição – que nada mais é do que gerar fogo no formato de faísca, do mesmo modo que dois gravetos em atrito. Mas aqui a faísca depende de uma bateria, que produz uma grande descarga elétrica. Uma vez acesa a faísca, ela queima a mistura de ar e combustível, que por sua vez gera o calor que faz mover os pistões e coloca o veículo em movimento.

Há algo aqui de uma reencenação diária do mito prometeico de roubo e domesticação do fogo: uma chama controlada no formato de faísca. Essa combustão é um símbolo de poder e comando que traz em si os efeitos descontrolados desta queima irrefreável.

Esta relação homem-máquina, este mecanismo banal de ignição, parece ter forjado a nossa própria ideia de

dicionais apoiadoras de Bolsonaro e seus delírios. Como identifica a antropóloga Alana Moraes, “é o agronegócio o principal garantidor desse governo, é o DNA do fascismo neocolonial e do capitalismo de asfixia e ‘pacificações’”.⁷ Na Amazônia, a sanha do agronegócio por expansão está criando uma nova ecologia do fogo. Assim escrevem Letícia Klein e Thiago Medaglia:⁸

A Amazônia não deveria pegar fogo. Úmida, a floresta mais biodiversa do planeta está repleta de árvores com troncos cobertos por líquens e musgos esponjosos, todos eles habituados à névoa matinal. Cada copa no dossel amazônico, por meio da evapotranspiração, bombeia centenas de litros de água por dia para a atmosfera – as maiores, milhares de litros –, consequência de uma combinação única, envolvendo a localização geográfica, a própria cobertura vegetal e os sistemas atmosféricos em atuação. Esta parte da América do Sul é provedora de chuvas para si e para outras regiões do Brasil e do continente, o que ajuda a entender o fato de suas mais de oito mil espécies de árvores conhecidas não possuírem as adaptações evolutivas de fogo encontradas em savanas e florestas boreais. Um ecossistema tão singular precisa de intervenção humana para incendiar. É o que tem acontecido.

cria fome e devastação ambiental nas comunidades tradicionais, indígenas ou quilombolas que moram perto desses empreendimentos ou que são forçadamente removidas, dando lugar aos monocultivos. Cito como exemplo a situação dos Xavante (Mato Grosso) durante a pandemia de Covid-19. Em reportagem que escrevi junto com Tatiana Merlino,⁶ identificamos um dado alarmante, publicado em um estudo epidemiológico no final de 2020: os indígenas Xavante apresentaram uma taxa de mortalidade de 341 mortes/cem mil habitantes, no intervalo entre 23 de fevereiro e 3 de outubro de 2020. Isso é cinco vezes maior que a média nacional de 69,5 mortes/cem mil habitantes no mesmo período.

Intrigados, fomos atrás de entender os motivos. Estrangulados pelo agronegócio, com rios contaminados por agrotóxicos, e incapazes de produzir alimentos como antes, os indígenas Xavante dependem amplamente de alimentos ultraprocessados – cujo alto teor de sódio e açúcar está relacionado a doenças como hipertensão e diabetes. Hoje, o Agro avança para dentro dos próprios territórios xavantes, incentivado pela Funai e pelo Ministério Público Federal. Não por acaso a Aprosoja-MT (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso) é uma das mais fervorosas e incon-

democracia. Não apenas as cidades foram moldadas para o trânsito de carros,³ mas todo o modelo de organização social e política das democracias ocidentais está ancorado no consumo de fontes energéticas fósseis, que despejam na atmosfera o carbono do aquecimento global.

Na Inglaterra do século XIX, a queima do carvão possibilitou uma enorme geração de energia comparada à área necessária para obter este material. Foi essa nova dinâmica que permitiu o surgimento de conglomerados urbanos cada vez mais densos e dependentes das minas do Norte do país. A energia gerada em abundância, dependente de zonas distantes, delineou o próprio funcionamento democrático, como argumenta o cientista político Timothy Mitchell, em *Carbon Democracy*.⁴

Proponho aqui pensar livremente alguns desdobramentos da tese de Mitchell, ao redor de uma pergunta central: em que medida esse modelo político ancorado nas fontes de energia fóssil produz a sua própria ruína e o advento dos novos autoritarismos? Vale colocar a questão em termos pirocentrados. Piroceno faz referência ao uso do fogo como instrumento de poder, o fogo industrial, esse terceiro fogo, distinto do fogo natural dos relâmpagos e do fogo antropogênico que talhou diversas paisagens ao redor

do globo. É este terceiro fogo que trazia em si a ficção do controle e poder, fogo por combustão presente nas cidades modernas capazes de produzir chamas, energia e calor sem fumaça que gerou o piroceno. Cabe aqui apontar caminhos que podem permitir aproximações entre o advento do piroceno e dos novos autoritarismos, dois movimentos marcados por dinâmicas de destruição.

A filósofa política Wendy Brown vem há décadas destacando como o aprofundamento do processo de neoliberalização de todos os aspectos da vida corrói as próprias bases da democracia tal como concebida em seu modelo ocidental liberal. Em sua obra mais recente,⁵ *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente* – originalmente publicada em inglês em 2019 –, Brown investiga o modo como o neoliberalismo estaria criando as condições para emergência de novos autoritarismos. A concepção de cada pessoa como gestionável a partir do modelo de performance e lucros empresariais estaria na base desse processo.

A guerra estabelecida pelo neoliberalismo contra o social, contra qualquer forma de questionamento por justiça e combate à desigualdade, abriu espaço para uma reação populista, racista, machista, supremacista, centrada em valores cristãos e tradicionais

em diversas democracias ocidentais. O neoliberalismo, argumenta Brown, inspirado pelos preceitos de teóricos como Friedrich Hayek, exclui determinadas esferas da vida como sujeitas a serem legisladas, por meio de debates públicos e processos políticos. Assim, o neoliberalismo depende de uma moralidade antiquada, cultivada ao longo de séculos de imperialismo e escravização, defende Brown.

Mas também, argumento eu, o neoliberalismo toma como norma a ser expandida uma modalidade extrativista-predatória de relação com a natureza cultivada ao longo de séculos de simplificação ecológica e inserção de paisagens em cadeias produtivas. Por isso, pensadores como Jason Moore afirmam que o capitalismo não produz uma ecologia, e sim que ele é um regime ecológico, visto que cria padrões de relações socionaturais – e, acrescento, padrões de destruição de mundos.

Para aterrar a argumentação, proponho seguir traços da atual situação de devastação ambiental que vive o Brasil como fio condutor.

O objetivo de tornar o Brasil “o celeiro do mundo”, como clama o Agronegócio, encontra amplo apoio do presidente Bolsonaro em sua empreitada neocolonial. Esse projeto se concretiza gerando alimentos para porcos e frangos da China e da Europa enquanto